

# **A COMUNICAÇÃO AMBIENTAL NA UNIVERSIDADE: UMA ESTRATÉGIA DE INFORMAÇÃO AMBIENTAL**

*Rose Gottardo, 2006*

## **INTRODUÇÃO**

### **Legislações e Conferências**

A questão da comunicação é tão importante quando falamos de Meio Ambiente, que não passou despercebida nas grandes conferências e legislações que tratam a temática.

Dentre elas, podemos citar a Conferência de Estocolmo, que aconteceu na Suécia, denominada a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano com a participação de 113 países e foi a primeira reunião ambiental global onde houve continuada as discussões ocorridas na Conferência da Biosfera ocorrida em 1968 na capital francesa e impulsionada pela repercussão internacional do Relatório do Clube de Roma.

O diferencial ocorrido entre as duas conferências foi que a Conferência da Biosfera abordou os aspectos científicos dos problemas ambientais e a Conferência de Estocolmo, tratou das questões políticas, sociais e econômicas com intuito de elaborar ações corretivas, envolvendo governantes e sociedade civil.

Esse encontro serviu como base, a elaboração de legislações internacionais na área ambiental, como: proibição de armamento atômico e a condenação da discriminação racial, apartheid e o colonismo. Reconheceu a relação do meio ambiente e desenvolvimento salientando que, as preocupações ambientais não deveriam constituir uma barreira ao desenvolvimento.

A Conferência de Estocolmo propiciou acordos e convenções, como também a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA em 1973, criado com objetivo de coordenar políticas e implementar um Plano de Ação Mundial por meio de ações relativas à avaliação ambiental, gestão ambiental e medidas de apoio (educação, treinamento pessoal, informação pública e assistência financeira), além da necessidade de intensificar trabalhos educativos, voltados para a área ambiental, entre eles a comunicação.

Entre suas recomendações, podemos citar a de número 96, que discorre sobre Educação e Meio Ambiente, e da importância de implementar um Programa de Educação Ambiental como estratégia fundamental de combate à crise ambiental e melhoria da qualidade de vida.

Enfim, concordando com CASCINO (2000, p.37) "[...] a Declaração de Estocolmo adotou um conjunto de princípios para o manejo ecologicamente racional do meio ambiente".

Após quatro anos da Conferência de Estocolmo, que recomendava a importância de incluir a Educação Ambiental e Comunicação nas discussões sobre a temática ambiental, foi realizada em 1977, a Conferência de Tbilisi (na Geórgia, antiga URSS), em parceria com a Unesco e colaboração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

A Conferência de Tbilisi é considerada o grande marco da Educação Ambiental e suas recomendações constituem até hoje a principal fundamentação para os programas educacionais na área. A UNESCO publicou em 1980, “La Educacion Ambiental: las Grandes Orientaciones de La Conferência de Tbilisi”, importante fonte de pesquisas, para ações a serem desenvolvidas em Educação Ambiental, com quarenta e uma recomendações, dentre elas, vale citar seus objetivos para ajudar indivíduos e grupos sociais a:

- Consciência: sensibilizarem e adquirirem consciência do meio ambiente global e suas questões;
- Conhecimento: adquirirem diversidade de experiências e compreensão fundamental sobre o meio ambiente e seus problemas;
- Comportamento: comprometerem com uma série de valores, e a sentirem interesse pelo meio ambiente, e participarem da proteção e melhoria do meio ambiente;
- Habilidades: adquirirem as habilidades necessárias para identificar e resolver problemas ambientais;
- Participação: proporcionar a participação ativamente nas tarefas que ter pôr objetivo resolver os problemas ambientais.

Dentre as finalidades da Educação Ambiental, relacionando com a necessidade da informação e comunicação, podemos citar:

- Proporcionar a todas as pessoas a possibilidade de adquirir os conhecimentos, o sentido dos valores, o interesse ativo e as atitudes necessárias para protegerem e melhorarem o meio ambiente.
- Induzir novas formas de conduta, nos indivíduos e na sociedade, a respeito do meio ambiente.

Percebemos que, “adaptando as recomendações às nossas realidades, temos importantes subsídios para o desenvolvimento da Educação Ambiental. A inter-relação político, ética, econômica, cultural, tecnológica, entre outros, são um ponto de partida para refletirmos e discutirmos os problemas atuais, locais e globais e entendermos a

complexidade do pensar e da responsabilidade do agir ambiental” (GOTTARDO, 2003). Além de usar a comunicação, como instrumento indispensável nessa transformação.

Foram muitos os desdobramentos, pós Tbilisi, porém vale ressaltar 1988, no Brasil, onde foi promulgada a Constituição Federal, que no art nº 225, estabeleceu a importância da “promoção da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública”, como uma das responsabilidades do Poder Público.

Outro importante evento, ocorrido no Rio de Janeiro em 1992, foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio- 92, cujo objetivo era a elaboração de um plano de ação para o século XXI.

Como resultado da Rio -92, foram elaborados vários documentos:

1. Convenção do clima ou das Mudanças Climáticas (que resulta em 1997, a assinatura do Protocolo de Kyoto);
2. Convenção da Biodiversidade (ecossistemas e a importância das espécies);
3. Declaração de Princípios da Floresta (não são compromissos e sim princípios sobre importância das florestas em preservar o clima);
4. Agenda 21 (poderoso instrumento de gestão).

Porém, o documento mais importante foi a Agenda 21, um plano de ação para atingir o desenvolvimento sustentável no século XXI, e o capítulo 40 foi dedicado a “Informação para a tomada de decisões” e recomenda que “sempre que existam impedimentos econômicos ou de outro tipo que dificultem o acesso a ela, particularmente nos países em desenvolvimento, deve-se considerar a criação de esquemas inovadores para subsidiar o acesso a essa informação ou para eliminar os impedimentos não econômicos”.

A conquista de termos hoje uma Política Nacional de Educação Ambiental, Lei nº 9.795/99, promulgada em 27 de abril de 1999, deu-se pelo esforço de muitos ambientalistas e simpatizantes da questão, que não mediram esforços e lutaram no Congresso para essa realização, apesar de ter sido vetado o artigo que previa 20% do valor das multas, oriundas da degradação ambiental, destinadas ao Fundo Nacional do Meio Ambiente, para a Educação Ambiental.

A Política Nacional de Educação Ambiental define a Educação Ambiental, trás princípios, objetivos e finalidades, além das atribuições que cabem às organizações não governamentais e governamentais; destaca também a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos educadores em todos os níveis de ensino e dos profissionais de todas as áreas de atuação.

Vale lembrar, que o único país a elaborar uma política exclusiva de Educação Ambiental na América Latina, foi o Brasil em 1999, porém regulamentada somente em junho de 2002, por meio do Decreto 4.281, de 25 de junho de 2002 .

Enfim, a existência da Lei representa um forte instrumento para que a Educação Ambiental seja cumprida em nosso país, porque ela também corrobora as recomendações da Conferência de Tbilisi.

### **Formação na Área**

Considerando, que a problemática ambiental não era discutida na formação inicial dos educadores e portanto, não receberam informações e metodologias sobre Educação Ambiental, a Recomendação nº 18 indica:

- Que se adotem as medidas necessárias com o objetivo de permitir uma formação de Educação Ambiental a todo o pessoal docente em exercício
- Que a aplicação e o desenvolvimento de tal formação, inclusive a formação prática em matéria de Educação Ambiental, se realizem em estreita cooperação com as organizações profissionais de pessoal docente, tanto no plano internacional como no nacional.
- Necessidade de cursos de formação continuada para profissionais de áreas diversas;
- Temática Ambiental no mesmo patamar da Temática Econômica;
- Multiplicação dos Lucros – reduzindo gastos supérfluos.

### **André Trigueiro**

“...jornalismo ambiental ameaça os interesses das empresas privadas e públicas, que agem em contramão da sustentabilidade e são esses, que mantêm financeiramente a mídia”.

### **Meio Ambiente e a Mídia**

- Diferentes tipos de mídia;
- Influência nos hábitos, consumo e comportamentos;

#### **ISER Instituto de Estudos da Religião**

Pesquisa: “*O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável?*”

- 90% das pessoas vinculou meio ambiente com fauna e flora e obtém a informação por meio da TV;
- 10% por meio do jornal e associam a desastres, como também fauna e flora.

### **Televisão**

- **Objetivo** - sensibilizar para que alguém se interesse pelo assunto no futuro;
- Constituição – art 220 a 224
- Brasil - O país que mais assiste TV no mundo;

### **Televisão**

- Críticas – especularização da realidade; superficialidade da realidade; falta de caráter educativo; excesso de violência, manipulação das notícias dentre outras.
- Mídia controlada por poucas famílias;
- Não existe órgão regulador das programações;
- Sermos críticos

### **Televisão**

- Globo Repórter – desde 1973.
- Em 1998 inicia o investimento em temas relacionados com a natureza;
- Reforça a questão ambiental como vida selvagem, preservação, destruição da fauna e flora e recursos hídricos.

### **Internet**

- Aspectos positivos: Agilidade, abrangência, replicabilidade e permanência;
- Aspectos negativos - Pequena parcela da população tem acesso; Linguagem não estabilizada.

### **Livros e Jornais**

- Livros
- Jornais
- Folha do Meio Ambiente
- Jornal do Meio Ambiente
- Jornal Terramerica
- AgirAzul
- Jornal do Bairro

### **Rádio**

- Grande repercussão;
- Preço acessível;
- Rádios comunitárias.

### **Universidade**

- Vaidade Intelectual;
- Jargões Ecológicos – manejo sustentável, resíduos sólidos, transgênicos;
- Afastando leigos dos problemas ambientais;
- Excesso de Cientificismo.

### **Experiência na Universidade**

- Cursos de Gestão Ambiental;
- Diagnóstico
- Meios de Comunicação de Massa
- Planejamento de Comunicação Ambiental.

### **Introdução da Comunicação Ambiental**

- MBA EM GESTÃO AMBIENTAL
- PÓS EM GESTÃO AMBIENTAL
- PÓS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

### **Importante**

- A quantidade de informação não garante a sociedade aprender a pensar criticamente e atuar em seu mundo para transformá-lo.
- Há necessidade de desenvolver uma base educacional crítica e participativa, adequado à realidade local.
- Segundo Berna (2001, p.162) “*não há cidadania ambiental sem participação política*”. É impossível estimular a participação sem garantir os instrumentos, direitos e acesso à participação e interferência nos centros decisórios pelos envolvidos.

### **Fundamental**

- A informação deve ter uma linguagem que seja compreendida por todos para empoderar o cidadão e garantindo a transformação social e ambiental.

### **Como Informar Sobre a Questão Ambiental?**

- Se a sociedade está baseada mais em valores do consumo desenfreado que gera esgotamento dos recursos naturais e resíduos, do que valores culturais, espirituais ou artísticos.

### **Necessidades**

- Exercitar a cidadania;
- Aprofundar as causas dos problemas ambientais;
- Estimular políticas públicas eficientes;
- Novas tecnologias;
- Mudança de comportamento da sociedade.

## **CONCLUINDO**

Notamos que, sem a democratização da informação sobre a qualquer temática, seja ela ambiental ou não, será impossível chegarmos à cidadania planetária, pois muitos países reconheceram que “a informação não é gerenciada adequadamente devido à falta de recurso financeiro e pessoal treinado, desconhecimento de seu valor e de sua disponibilidade e a outros problemas imediatos ou prementes, especialmente nos países em desenvolvimento. Mesmo em lugares em que a informação está disponível, ela pode não ser de fácil acesso devido a falta de tecnologia para um acesso eficaz ou aos custos associados, sobretudo no caso da informação que se encontra fora do país e que está disponível comercialmente”.

Vale lembrar que, somente com a democratização da informação não seremos capazes de enfrentar grandes problemas, mas com certeza somará a outras iniciativas e o resultado será muito positivo.

Ainda é comum encontramos pessoas que colocam a comunicação como preocupação secundária e que o assunto é para pessoas de classe social mais privilegiada, porém não podemos esquecer a força da comunicação nos movimentos sindicais, ambientais, gênero, entre outros.

É comum ouvirmos que a falta de informação, progresso ou a tecnologia são os principais responsáveis pela destruição do ambiente. Infelizmente isso não é real. A questão tecnológica serviu para termos tecnologias mais limpas, porém submetida ao interesse dos detentores do poder e isso, não assegura uma relação menos predatória nas relações humanas.

A destruição está relacionada com o que o indivíduo aprendeu ao longo da sua história e a cultura do seu povo, refletida nas relações sociais e tecnológicas de sua sociedade. A atual relação da nossa espécie com a natureza, por exemplo, reflete o estágio de desenvolvimento das relações humanas entre nós próprios.

Assim, notamos que não é pela quantidade de informação que a população aprende a pensar criticamente e atuar em seu mundo para transformá-lo. Há necessidade desenvolver uma base educacional crítica e participativa, adequado à realidade local, caso contrário, as palavras perdem significado e importância.

É impossível estimular a participação sem garantir os instrumentos, direitos e acesso à participação e interferência nos centros decisórios.

O papel da comunicação é contribuir para o exercício da cidadania, aprofundando as causas dos problemas, estimulando mudança de comportamento e novas tecnologias. Ressaltamos que não basta estar consciente dos problemas, há necessidade do indivíduo agir para transformar.

É fundamental a informação ter uma linguagem que seja compreendida por todos para atingirmos a transformação social e entendermos que muitas vezes, a mobilização da sociedade por melhores condições de trabalho, fim das valas de esgotos a céu aberto, entre outros, são lutas possíveis.

Na atualidade, as sociedades modernas, tende a separar os assuntos com pretexto de estudá-los melhor. Essa atitude cartesiana, positivista, por um lado produz grandes avanços, porém, por outro lado, perde-se a noção do todo.

O grande desafio da educação é o da transformação voltada para a ação local, usando os meios de comunicação como instrumento de pesquisa, relacionando o local com o global.

A comunicação regional é fundamental para resgatar a cultura, para compreendermos os problemas locais e empoderarmos de conhecimento para solução dos mesmos. Assim, podemos enraizar na sociedade a possibilidade de todos exercer a cidadania e sermos mais fraternos, democráticos e justos com nossos semelhantes, para alcançarmos a sustentabilidade planetária.

A escola é um espaço privilegiado de aprendizagem, troca de experiências, transformação e a Educação por trabalhar com todos os aspectos socioculturais, políticos, éticos e por ser uma educação para a cidadania, possibilita as pessoas a vislumbrarem a possibilidade de mudança e melhoria do seu ambiente e da qualidade de vida local.

Em nosso ambiente escolar realizamos inúmeros projetos que transformam a sociedade, porém, por falta de conhecimento sobre a ferramenta da Comunicação, não conseguimos disponibilizar o trabalho desenvolvido para outras comunidades, que muitas vezes passam pelos mesmos problemas locais, que vivemos.

Trabalhar com a Comunicação, como estratégia no planejamento do nosso cotidiano é eficaz para democratizarmos a informação, fazer novos parceiros, captar recursos e estimular outras comunidades a desenvolver projetos que melhorem a qualidade de vida. Uma **forma eficaz de tecnologia para a educação**, que necessariamente não necessita de grandes recursos e sim, **criatividade e conhecimento**.

Como conhecimento é poder, necessitamos usar a Comunicação para transformar a educação, porque a educação não é neutra, é política. Assim, devemos conhecer os diferentes tipos de Comunicação e escolher o mais adequado à nossa realidade.

Segundo o filósofo André Comte-Sponville discorrendo sobre as questões de uma sociedade midiática: “é inútil ser a favor ou contra a TV: o que importa é ser lúcido, tanto sobre seus perigos quanto sobre suas vantagens e utilizá-la da melhor maneira possível. [...]os meios de comunicação, por contribuírem para a democratização da informação e da cultura, são evidentemente necessários a toda democracia moderna, e são necessários todos juntos. A questão não é saber de devemos desconfiar deles ou empregá-los: é preciso fazer uma coisa e outra, como sempre, e o melhor que se puder. Como a guerra, a comunicação é uma arte simples, e toda feita de execução”.

Enfim, a Comunicação tem papel fundamental na desconstrução do imaginário disseminado no país.

**“É necessário à mudança de nossas atitudes consumistas, sermos mais fraternos, democráticos e justos com nossos semelhantes, para alcançarmos a sustentabilidade planetária”. Rose Gottardo**

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENDA 21. *Resolução da assembléia geral da ONU*. Disponível na Internet:

[www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br)

COSTA, L,TRAJBER, R. *Avaliando a Educação Ambiental no Brasil*. São Paulo: Peirópolis, 2001.

FERRY, L. et Comte-Sponville, A. *La Sagesse des modernes*. Robert Laffont, Paris, 1999.

NELSON, Peter. *Dez dicas práticas para reportagens sobre meio ambiente*. WWF, 1994.

NEPAM. *Meio Ambiente e Sociedade*. Ano IV-n 8 – 1semestre de 2001.Campinas, Unicamp, 2001

SANTOS, J. E;SATO, M. *A contribuição de EA à Esperança de Pandora*. São Carlos: Rima, 2001.

TRIGUEIRO, A. *Meio Ambiente no Século 21*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

URBAN, Teresa. *Em outras palavras, meio ambiente para jornalistas*. Senar-PR/Sema, 2002.

VÁRIOS AUTORES. *Manual de Comunicação e Meio Ambiente*. São Paulo: Peirópolis, 2004.

